

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das  
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de  
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

21.<sup>a</sup> Reunião

(3 de julho de 2014)

---

**SUMÁRIO**

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira) declarou aberta a reunião às 15 horas e 6 minutos.

Após a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, Ângela Guerra (PSD), ter apresentado o projeto de relatório final da Comissão, pronunciaram-se, além da Sr.<sup>a</sup> Presidente e da Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, os Srs. Deputados António Gameiro (PS), António Filipe (PCP), Abel Baptista (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE), Fernando Negrão (PSD) e Jorge Fão (PS).

Foi, depois, debatida a calendarização dos trabalhos a seguir.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 27 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 6 minutos.*

Começo por dar uma boa tarde especial à Sr.<sup>a</sup> Redatora Ana Bela Landim, do Parlamento de Cabo Verde, que pediu para assistir aos nossos trabalhos no âmbito de uma ação de cooperação da Assembleia da República com o Parlamento de Cabo Verde. Acho que todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e todos os Srs. Deputados concordarão que é bom termos aqui alguém de um país amigo, como Cabo Verde. Esperemos que goste da nossa reunião e que a mesma possa reforçar a sua formação.

Srs. Deputados, o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos é a apresentação e discussão da proposta de relatório final. Depois, como os outros dois ou três assuntos que temos para discutir são em termos de coordenadores, faremos isso no final da nossa reunião para não incomodarmos os outros Srs. Deputados.

No contexto do primeiro ponto, isto é, a apresentação e discussão da proposta de relatório final, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Muito boa tarde a todos. Se me permite, Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostaria igualmente de saudar a Sr.<sup>a</sup> Redatora do Parlamento de Cabo Verde, até porque também faço parte da Assembleia Parlamentar CPLP. Espero que goste de estar connosco, porque fazemos parte da mesma equipa, como muito bem disse a Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Começo por me dirigir à Sr.<sup>a</sup> Presidente para agradecer toda a simpatia, toda a diligência e apoio com que sempre colaborou comigo, no sentido de chegarmos hoje aqui.

Gostaria igualmente de cumprimentar os serviços de apoio à Comissão, porque considero que o apoio que nos deram e o trabalho que fizeram nas transcrições é inexcelável. Só quem depois vê o monte de papel que resulta do trabalho de VV. Ex.<sup>as</sup> é que percebe que foi, efetivamente, muito, mas muito, trabalho aquele que vos passou pelas mãos e, por isso, agradeço o vosso trabalho, a vossa simpatia, a vossa permanente colaboração. Agradeço também o excelente documento, que decidi, como sabem, incorporar no relatório, elaborado pela DILP, a quem pedi autorização para usar, porque considero que está mesmo muito bem feito e que me ajudou imenso no meu trabalho.

Depois, gostaria também de agradecer a colaboração de todos os Srs. Deputados dos diferentes grupos parlamentares, o que me permitiu agilizar os trabalhos e concluí-los neste espaço temporal.

Quero agradecer igualmente a uma pessoa em especial, porque, para além dos serviços de apoio à Comissão, nós, grupos parlamentares, também temos os nossos assessores, e o PSD tem um assessor para esta Comissão, que é o Tiago Laborinho, a quem agradeço a colaboração prestada, pois, sem ele, não teria conseguido ter o trabalho feito no tempo que me foi concedido.

Gostaria ainda de dizer que, no tempo em que concluí o relatório e fiz a redação final do documento, já não consegui incorporar a última publicação da resolução da Assembleia referente à prorrogação do prazo (Resolução da Assembleia da República n.º 61/2014), mas fá-la-ei constar das alterações.

Passo, então, a dizer-vos algumas coisas, muito poucas, sobre a proposta de relatório, porque, a meu ver, a apresentação do documento seria os Srs. Deputados olharem para ele, lê-lo, mas, certamente, já verificaram as conclusões e as recomendações que dele constam.

Quero dizer-vos que esta Comissão, como é sabido de todos, foi requerida potestativamente por vários grupos parlamentares, a saber, pelo PS, pelo PCP, pelo Bloco de Esquerda e por Os Verdes, no sentido de se apurar as circunstâncias e responsabilidades que levaram à decisão de extinção dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e da concessão das suas instalações a uma empresa privada.

Foi fixado o objeto desta Comissão através de Resolução da Assembleia da República, os nossos trabalhos iniciaram-se a 11 de fevereiro de 2014, realizaram-se 18 audições de várias entidades e pessoas e foi solicitada muitíssima e variada informação e documentação a diversas entidades.

O relatório que optei por fazer é, como é óbvio, criticável, qualquer um de vós faria certamente diferente, e, como somos todos diferentes, a apreciação que fazemos de cada documento, das próprias audições será certamente muito própria de cada um de nós. Eu tomei a decisão de elaborar e sistematizar este documento de acordo com o objeto de trabalho definido por essa Resolução da Assembleia da República e de molde a fazer um enquadramento da situação económica, social e financeira dos Estaleiros, bem como das encomendas e contratos que se delimitou apreciar, as circunstâncias que conduziram a empresa ao processo de subconcessão, e, ainda, o modo de acompanhamento que o Governo adotou, quer quanto ao processo relativo aos auxílios estatais junto da Comissão Europeia, quer quanto a todos os procedimentos e circunstâncias que conduziram à subconcessão à empresa Martifer.

Devo ainda referir que tudo o que consta deste documento, todas as conclusões e restrições assentam exclusivamente na prova documental junta, bem como nos depoimentos prestados e recolhidos durante os

trabalhos desta Comissão, sendo que, como também sabem, as conclusões revestem carácter político e não judicial.

Por fim, gostaria de tecer uma consideração, dizendo-vos que sou natural do interior do País, de uma terra muito pequenina, onde havia uma empresa em que trabalhavam 800 pessoas e que também encerrou por dificuldades económicas, por muitas circunstâncias. E, portanto, percebo que os Srs. Deputados que são naturais de Viana do Castelo façam uma apreciação bastante diferente daquela que os outros Srs. Deputados, que são de outros distritos e zonas do País, farão, pois sentem-no certamente de outra maneira. O que eu tentei fazer foi afastar-me o mais possível do meu Grupo Parlamentar e das posições políticas do meu Grupo Parlamentar e do meu Partido, para tentar ser bastante imparcial quanto à apreciação que fiz dos documentos e da prova.

A partir de agora, estou à disposição dos Srs. Deputados para tudo o que entendam necessário. Obviamente que muitas alterações, muitas sugestões e muitas correções terão de ser feitas, porque um trabalho destes é mesmo assim, é a apreciação de uma pessoa.

Portanto, estou à vossa disposição.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra. Os meus cumprimentos pelo trabalho na elaboração do relatório, independentemente daquilo que vai ser posto à discussão e das sugestões de alteração que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados dos vários grupos parlamentares possam apresentar. É realmente um trabalho grande que contou com o afínco, a vontade, a energia e a disponibilidade de todos os envolvidos. Nós, que pertencemos aos grupos parlamentares, sabemos bem a importância do trabalho dos assessores da Assembleia da República e dos assessores dos nossos grupos parlamentares, que são normalmente uns

sacrificados anónimos. Portanto, acho que fez muito bem em referi-los, o que agradeço, pois é um ato de justiça.

Portanto, aguardo inscrições dos Srs. Deputados para as intervenções que entenderem fazer.

*Pausa.*

Registo como primeira inscrição, a do Sr. Deputado António Gameiro, do PS.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra, nós lemos as conclusões do projeto de relatório e, de facto, temos um conjunto alargado de propostas a fazer, mas de redação. Não há contrarrelatório, não há aqui nenhuma postura antagónica com uma outra visão necessariamente contraditória com o conteúdo do relatório, há, sim, visões objetivas, factuais, diferentes, aqui ou ali, de certos pontos do relatório.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tenta estruturar o relatório de uma maneira objetiva, tenta responder às perguntas do inquérito, mas, depois, ao longo do relatório, vai fazendo, de forma seletiva, a escolha de um conjunto de opções, que é sobretudo o das audições, não se debruçando sobre os documentos entregues, nem os relatando, pelo menos em alguns aspetos, como nós achamos que deveriam ficar relatados. E, deste ponto de vista, o relatório, a meu ver, se ficasse assim, ficaria de certa forma incompleto.

Depois, do ponto de vista da sistematização, normalmente os inquéritos aqui, no Parlamento, ou noutro lado, são feitos com base nas

audições, na prova factual documental e só, depois, se tiram conclusões. Ora, o relatório é um pouco assente só em audições e conclusões.

Por isso, em relação aos factos que em cada uma das audições foram sobressaindo, talvez pudéssemos fazer um esforço de, pelo menos no fim, dizer «os factos em causa eram estes», para, depois, nas conclusões, podermos refletir os factos, porque, assim, parece que só temos audições e conclusões e não temos a matéria de facto, a que se suscitou em diversas circunstâncias, transcrita.

Assim sendo, se, na generalidade, olhamos para o relatório com bonomia, já, na especialidade, há alguns pontos que, para nós, são essenciais e relativamente aos quais iremos apresentar até à próxima segunda-feira, segundo creio, as devidas propostas, para que a Sr.<sup>a</sup> Relatora possa ponderar se as aceita, para, depois, a própria Comissão poder deliberar sobre as mesmas.

Esses pontos têm a ver essencialmente com seis questões, que passo a enumerar.

Quanto aos auxílios de Estado, documentalmente, o Presidente da EMPORDEF entregou na Comissão uma apresentação em *PowerPoint*, onde demonstra a estrutura do financiamento dos Estaleiros Navais, estrutura essa que assenta essencialmente em empréstimos bancários, pelo menos, até 2011. Ora, deixar-se que isto conste de um documento e, ao mesmo tempo, afirmar-se que estávamos perante auxílios estatais, há aqui algo que não bate certo. Este é, portanto, um ponto central nessa matéria.

É evidente que esta é uma matéria muito problemática na União Europeia, vários Estados contestaram isto — não foi o nosso caso, pois o nosso Governo, ao contrário, ainda foi dizer que eram auxílios estatais —, pelo que isto tem de ficar mais claro. É que a redação da conclusão sobre esta matéria não ajuda, inclusive, o atual Governo, uma vez que o

procedimento não está fechado. Ou seja, o Parlamento português estar a inscrever nas suas conclusões uma conclusão que parece levar à conclusão de que são auxílios de Estado, quando estamos a falar de empréstimos bancários numa parte, de empréstimos da DGT (pelo menos, nos documentos que nos foram entregues estão titulados como empréstimos e com o dever de reembolso) e também no caso da EMPORDEF, não ajuda. Estar a dizer que isto são auxílios estatais não ajuda. Este é o primeiro ponto.

Quanto à cronologia das adjudicações de embarcações por parte dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o âmbito aqui definido foi de 2005 a 2011, mas foi demonstrado durante as audições e consta de documentos distribuídos que houve muitas mais embarcações adjudicadas ao longo do tempo e muito antes de 2005 e que aquelas que, além do *Atlântida*, deram mais prejuízo são até as de 2004.

Portanto, não estando aqui estabelecido que o âmbito temporal de se apurar responsabilidades é só o do anterior Governo, acho que não ficaria mal se fizéssemos uma alusão a essa situação.

Quanto aos défices, porque do relatório transparece que só há défices depois de 2005 — até parece que, nestes últimos 20 anos, alguma vez os Estaleiros Navais de Viana do Castelo não tiveram défice!... —, relembro que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo foram nacionalizados em 1975, que, em 1987, houve um aumento de capital para 3 milhões de contos e que, até aí, nunca houve resultados positivos. E de 1987 em diante, também não (a não ser esporadicamente, num ou noutro ano). Portanto, acho que, não sendo desprestigiante para ninguém, seria, pelo menos, abonatório da verdade que isso ficasse transcrito.

Um outro ponto tem a ver com o facto de a Sr.<sup>a</sup> Relatora se direccionar para as questões dos dois últimos projetos de reestruturação da



empresa, parecendo que não houve mais, e houve, pelo menos, mais um conhecido, em 2004, do Governo PSD/PP, que também convinha ser aflorado, pelo menos nos seus princípios e na enunciação do que se propunha. Isto até para não nos poderem dizer que houve uma Comissão de Inquérito dirigida meramente a um determinado período da governação política em Portugal.

De facto, olhamos para o relatório e verificamos que as questões de instabilidade nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, assim como na EMPORDEF, também não se verificaram só depois de 2011, como é afirmado nas conclusões. Não! Temporalmente, há instabilidade muito para trás. As sucessivas administrações da EMPORDEF e dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo demonstram uma certa instabilidade logo a seguir a 2011 — inclusive, na nova administração houve um membro que se demitiu, etc., —, mas para trás também houve, não podemos deixar de fora o que aconteceu para atrás, temos de incluir a menção de instabilidade, que vem de longe.

Estranhámos também que a Sr.<sup>a</sup> Relatora não transporte para o relatório o sentido estratégico das audições aos sindicatos e à Comissão de Trabalhadores. Resultou claro, em nossa opinião, que vários sindicalistas se queixaram de que a Comissão de Trabalhadores, muitas vezes, tinha uma espécie de «rolo opressor» sobre a produtividade dos trabalhadores. Isto ficou claro! É claro como água! Está nas transcrições!

Portanto, também é preciso perceber que muitos dos resultados operacionais e das dificuldades de gestão não ficaram só no âmbito da gestão estratégica, da decisão, mas também, e muitas vezes, na dificuldade operacional e executiva de transportar as decisões estratégicas para a operacionalidade material de competitividade da empresa, de mais produtividade e de mais empenho dos seus recursos humanos.

Quero dizer que, de facto, o acompanhamento muito insuficiente, a que o relatório se refere, por parte dos diversos Governos da atividade dos Estaleiros aconteceu também e praticamente desde sempre. Foi praticamente unânime em todos aqueles que ouvimos que de facto muitas vezes se tomavam decisões sem que, durante meses, alguém lhes respondesse, e isto acontecia em todos os Governos.

Portanto, penso que poderíamos tentar chegar, do ponto de vista finalístico, a um relatório mais próximo daquilo que a Sr.<sup>a</sup> Relatora e que todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e todos os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ouvir.

No que respeita à questão da Atlânticoline, no caso do *Atlântida*, afirma-se, mas achamos que não é verdade, que o acordo bilateral tinha sido rejeitado por todas as entidades ouvidas na Comissão de Inquérito. Recordamos que o Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais, à data, considerou que este acordo seria um mal menor, tendo em conta as garantias bancárias que teriam de ser pagas se fosse litigado judicialmente este problema, bem como a perspectiva de venda do navio, que na altura era viável e expectável.

A ter havido, e concordamos que houve, ingerência política no caso do *Atlântida* — penso que isto ficou claro, transparente como água —, não foi só de membros do Governo, foi também de membros da oposição. Tivemos uma comissão de inquérito na Assembleia Legislativa Regional dos Açores devido a declarações da Sr.<sup>a</sup> Deputada regional Berta Cabral, à altura líder do PSD/Açores.

Portanto, a ficar a frase que consta do relatório, da qual não discordamos, porque é verdadeira, que se faça, pelo menos, uma esclarecimento do que estamos a falar, para que não haja dúvidas de que há aqui um espectro largo de interferência política. Eu diria mesmo, a título pessoal,

que, se tivesse havido sempre interferência política no acompanhamento da gestão dos Estaleiros, se calhar, não teríamos chegado à situação a que chegámos.

Sobre a privatização e a concessão, olhando para o ponto 69 das conclusões, verificamos que se afirma que a opção do Governo de encerrar o processo de reprivatização decorre do processo da DGCom. Ora, isto não pode ficar aqui, porque há uma Resolução do Conselho de Ministro — é fatural! — onde se diz que se deve encerrar o processo de reprivatização não por qualquer questão da DGCom mas porque nenhum dos candidatos se encontrava em condições de lhe poder ser adjudicada a privatização dos Estaleiros Navais. Portanto, peço que, se pudéssemos, olhemos para esta situação.

Acho que valeria a pena deixar em aberto, no caso da subconcessão, se deveria, ou não, ter havido um respeito pela aplicação subsidiária do Código dos Contratos Públicos ao concurso, uma vez que não ficou claro de quando é o parecer. E é claro para os juristas mais eméritos que aqui se encontram que um parecer é sempre uma boa forma para nos podermos confortar, mas não é nenhuma fonte de lei, não é fonte de direito. Aliás, é uma fonte de direito mas mediata, porque antes dele encontra-se a lei, o costume, que neste caso não era aplicável.

Do ponto de vista da lei, no Código dos Contratos Públicos há um artigo que estipula que à matéria das concessões e subconcessões é aplicado o Código subsidiariamente, o que, a nosso ver, não foi respeitado e, por isso, gostávamos que isto ficasse aqui claro. Não estou a dizer que temos mais ou menos razão do que a outra visão jurídica, mas gostaríamos que, pelo menos, isto ficasse aclarado para que resulte, no futuro, uma leitura mais real e possibilite, do ponto de vista potencial, outra atitude de

outros Governos, deste Governo e de outros gestores públicos, de modo a que não se caia de novo na tentação de agir de igual modo.

Julgo que também resultou das audições que havia um conjunto de perspectivas diferentes sobre o futuro da empresa e que o Governo anterior, do PS, tinha, de forma clara e inequívoca, vontade que os Estaleiros ficassem, como centro de decisão nacional, nas mãos do Estado, embora privatizado em parte, devido à importância da nossa zona económica exclusiva (ZEE), da nossa influência marítima e como centro estratégico nacional no âmbito da nossa indústria naval, da nossa produtividade, da nossa eventual capacidade exportadora.

Portanto, será neste sentido que faremos pontualmente propostas de alteração à redacção do relatório com o objetivo de o melhorar de uma forma construtiva.

Por último, quero deixar uma palavra à Sr.<sup>a</sup> Relatora pelo esforço, pela abnegação, pela forma aberta, cuidada e sempre atenciosa com que foi ouvindo as diversas manifestações de vontade, sobretudo do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Gameiro, agradeço as simpáticas palavras que me dirigiu e devo dizer-lhe que, relativamente a alguns dos factos que apontou, analisarei as vossas propostas em concreto e, depois, pronunciar-me-ei. Terei de ver as vossas propostas formalizadas, porque algumas delas percebi de imediato qual era a conclusão em questão, mas houve outras em que isso não aconteceu, andei aqui à procura ... é que são muitas.

Relativamente às propostas que percebi de imediato, em concreto quanto ao *PowerPoint* da EMPORDEF e à conclusão 60, ao facto de os apoios serem considerados auxílios e não empréstimos, posso dizer-lhe que há uma das conclusões em que especificamente decidi incluir o seguinte: «A decisão de abertura de investigação aprofundada refere-se a auxílios de Estado prestados entre 2006 e 2011 (sendo que os valores referentes a 2012 se referem a empréstimos...)» — faço referência a isso na conclusão 60 — «... do acionista EMPORDEF, para refinanciamento dos empréstimos bancários anteriores, pois, em 2012 os bancos já não emprestavam dinheiro à ENVC)». Isto reporta-se a conclusões que retirei das páginas 255 a 258 e àquilo que consta de um quadro publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, de onde especificamente retirei a frase que incluí na conclusão 60 (a frase que está entre parêntesis consta daquele documento).

Relativamente à cronologia das embarcações, de facto, na lista dos Conselhos de Administração dos Estaleiros Navais que elaborei o primeiro que aparece é o de janeiro de 2002, sendo certo que só começámos a ouvir os Presidentes de Conselho de Administração de 2004 em diante, do Dr. Geraldês para a frente. E, portanto, foi com base nas audições que efetuámos e na delimitação do objeto da Comissão, e foi acordado entre todos os Srs. Deputados o período temporal em análise, que menciono estas datas em específico. Posso analisar alguma proposta que os senhores retirem das declarações de alguma entidade que se tenha referido a outras datas.

No que diz respeito às questões da instabilidade e dos períodos dos conselhos de administração, eu especificamente refiro que elas são sucessivas e reiteradas. Se não se retira do português que utilizei que é isto que eu quero dizer, muito bem, estou disposta a corrigir o que escrevi de forma a que se adequa à vossa proposta.

No que respeita à Comissão de Trabalhadores e aos sindicatos, devo dizer que ouvi muitas vezes estas audições para retirar tudo aquilo que entendia importante. Tento dizer que efetivamente há este «rolo opressor», embora não use esta expressão, mas agradeço que me façam chegar uma proposta para que possa acrescentar alguma coisa que entendam estar em falta.

Quanto ao ponto 69 das conclusões e à Resolução do Conselho de Ministros a que o Sr. Deputado referiu, há duas conclusões do relatório relativas a essa Resolução do Conselho de Ministros e também me reporto a elas de acordo com o que consta do *Jornal Oficial da União Europeia*, são as conclusões 69 e 71. Acho que estas conclusões não estão em contradição, mas estou disposta a analisar esse facto.

No que respeita ao Código dos Contratos Públicos e à sua aplicação, ou não — sei que este é um tema querido para o Sr. Deputado António Gameiro e pelo qual, por acaso, também tenho algum apreço, porque gosto muito de Direito Administrativo —, devo dizer que aquilo que concluo nestes pontos é apenas o que resulta das declarações do Sr. Procurador, porque foi neste sentido que ele aqui nos esclareceu.

Penso que mencionei todos os aspetos, mas, se alguma coisa ficou a faltar, analisaremos posteriormente as propostas que nos façam chegar e coloco-me à vossa disposição.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro, mas peço-lhe que seja breve.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Só preciso de 1 minuto, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão que colocamos não tem a ver com o facto de a Sr.<sup>a</sup> Deputada refletir, e muito bem, que os empréstimos de 2012 se destinavam a cobrir passivo anterior. Ontologicamente, foi por essa razão que o Presidente da EMPORDEF nos mostrou um gráfico, em que podemos ver os empréstimos bancários, da banca, de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008... Mas dizer-se nas conclusões que são auxílios, quando estão aqui empréstimos bancários...!

Quando olhamos para o *Jornal Oficial da União Europeia* verificamos que, quanto à existência de auxílio estatal, as questões são estas: existência de transparência de recursos estatais; vantagem seletiva; e potencial distorção.

Quanto à vantagem seletiva, a própria Comissão diz que não existe; é de opinião que não é o caso.

Quanto ao auxílio estatal, diz que há a necessidade de se analisar se existe. Portanto, era preciso que o Governo argumentasse que não existia, porque, numa parte, foram empréstimos bancários.

Quanto às compatibilidades das medidas anteriores com o mercado interno (foi a questão a que há pouco aludi), na União Europeia, são espanhóis, são holandeses, são polacos, todos discutem com a União Europeia a questão da existência de auxílios estatais quando o próprio Estado disponibiliza verbas que têm associada uma reposição desses dinheiros para os cofres públicos e, muitas vezes, até uma taxa de juro.

Portanto, o que se discute hoje na União Europeia é saber se isto é um auxílio estatal ou, no fundo, um empréstimo do Estado a uma entidade ou pessoa coletiva, ainda que dentro do espectro público, mas distinta da pessoa coletiva Estado, como aprendemos nos primeiros anos de Direito Administrativo. Esta questão, na União Europeia, não é vista nesta

perspetiva tão continental do Direito, mas foi por isso que eu fiz aquela referência.

Já sabemos que o Governo tomou uma posição, e também não queremos estar a pôr isto em causa, mas deixarmos no relatório a porta aberta para que amanhã alguém da Comissão Europeia venha dizer: «Não, não, até o próprio Parlamento português acha que isto são auxílios de Estado», quando, verdadeiramente, temos a convicção de que não são...! É esta a chamada de atenção que faço e não relativamente ao ponto que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, e muito bem, sublinhou, porque esse está bem.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Penso que ficou esclarecida a posição. O Sr. Deputado fará chegar à Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra, que, tal como se havia comprometido, apresentou a sua proposta de relatório a esta Comissão, aliás extensa.

Relativamente ao relatório, devo dizer que, no que respeita à vasta primeira parte, excluindo as conclusões, não sei como é que metodologicamente vamos tratar esta parte, porque não é fácil. Trata-se de uma seleção, de entre as transcrições das audições, de excertos quer de perguntas quer de respostas, eu diria até que é uma espécie de *best off* dos trabalhos da Comissão que, como todas as seleções, tem algo de subjetivo. A Sr.<sup>a</sup> Deputada escolheu aquilo que lhe pareceu de mais relevante do que foi perguntado e do que foi respondido. Aliás, registo que há muitos excertos de perguntas feitas por Deputados do PCP que integram esta Comissão e das respostas que obtiveram, mas creio que é difícil submeter esta parte a votação, ou, pior ainda, a propostas de alteração, porque a



transcrição é factual: foi o que foi perguntado e foi o que foi respondido. Não faz sentido dizer: «Retire-se daqui esta parte, isto não aconteceu!», quanto muito, poderíamos dizer: «Ah, mas falta aqui aquele excerto muito importante quando eu perguntei não sei quê e obtive a seguinte resposta...»! Mas creio que não faz muito sentido.

É uma seleção, os critérios dos selecionadores são sempre discutíveis como sabemos, mas creio que esta parte não constitui problema, depois veremos se é, ou não, submetida à votação.

A questão mais revelante está, de facto, nas conclusões, relativamente às quais eu diria que há, nas cerca de 80 conclusões propostas, algumas com que concordamos e outras com que discordamos, e, em alguns casos, discordamos profundamente.

Nós iremos nos prazos que estão acordados, ou seja, até à próxima segunda-feira, apresentar quer as nossas propostas de alteração, quer sejam de emenda às conclusões propostas, quer sejam de aditamento de conclusões que possamos extrair dos trabalhos da Comissão e que não constem deste projeto de relatório, sendo que há aqui conclusões com as quais discordamos profundamente, designadamente as que se referem ao desfecho final que foi dado aos Estaleiros.

Creio que as conclusões que a Sr.<sup>a</sup> Deputada nos propõe, no essencial, vêm corroborar a tese do Governo, que aqui foi exposta pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, que é a ideia de que o Governo achou que não tinha outra solução para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo que não fosse «passá-los a patacos», procurando justificar a inevitabilidade dessa solução. Neste ponto, discordamos profundamente do que é proposto, mas, naturalmente, iremos na próxima segunda-feira apresentar as nossas propostas de conclusão, que, no nosso ponto de vista, correspondem à realidade, e na reunião que teremos, creio, na próxima terça-feira para

discutir em pormenor este relatório e as propostas que serão apresentadas haverá oportunidade de justificar as propostas que vamos apresentar.

Portanto, saliento que, naquilo que nos é proposto, há alguns aspetos que nos parece que é factual, mas há outros aspetos que são revelantes relativamente ao objeto do inquérito onde temos uma discordância profunda, relativamente às conclusões apuradas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra. Mas, naturalmente, teremos oportunidade de, com toda a profundidade, na próxima terça-feira confrontar as propostas alternativas que temos e de proceder, nessa altura, a uma discussão na especialidade mais aprofundada, que, creio, não é nesta reunião que deve ter lugar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Filipe, muito obrigada.

Gostava de dizer que estou disposta a verificar todas as propostas de emenda, especialmente essas, porque, essas sim, são da minha obrigatoriedade de transpor, porque, se há erros, tenho de os corrigir.

No que respeita à subjetividade da primeira parte do relatório, eu já me tinha referido a ela. De facto, é a Ângela Guerra a ler e a retirar daí conclusões. O que eu tentei fazer foi abstrair-me ao máximo de toda a envolvência política deste processo, porque, politicamente, não me cabe pronunciar sobre o fim dos Estaleiros, é apenas o retirar as minhas conclusões daquela que foi a minha análise dos documentos e das audições. Aliás, todas as entidades que aqui vieram foram perentórias em algumas afirmações e, obviamente, isto não é um processo-crime, não estamos perante nenhuma acusação do Ministério Público, nem coisa que se pareça. Portanto, a apreciação da prova que me cabe não é essa, mas tentei sempre,

para cada conclusão que transpunha, sustentar-me em mais do que uma, ou duas, ou três afirmações.

Se calhar, concordo um pouco com o que disse o Sr. Deputado António Gameiro, no sentido de que não extraio factos do resultado da transcrição de todas as audições. Eu não digo especificamente que de todas aquelas audições ou daquele ponto devo extrair este ou aquele facto. Se calhar, é uma falha, mas, confesso, verifiquei outros relatórios desta Casa, e vi muitos, e não vi isso em nenhum.

Porém, se VV. Ex.<sup>as</sup> entenderem assim, também estou disposta a fazê-lo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista, do CDS-PP.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito sucinta e rapidamente, até porque, como diz o Sr. Deputado António Filipe, na próxima reunião, com as propostas de alteração a este projeto de relatório é que será feita uma discussão mais aprofundada, queria felicitar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra, primeiro, porque cumpriu os prazos a que se propôs para entregar o projeto de relatório e, segundo, porque fez um relatório, na minha opinião, bem estruturado, bem feito, bastante pormenorizado.

Relativamente às conclusões, com as quais genericamente concordo, poderá, eventualmente, haver, e há, na minha opinião, questões que poderão e deverão ser afinadas, e, portanto, queria mostrar, em nome do CDS, abertura para o efeito.

Queria deixar em nota uma breve apreciação de todo o trabalho que fizemos nesta Comissão de Inquérito, e não propriamente do relatório,

referindo que esta Comissão surgiu muito por um conjunto de, diria mesmo, de algumas suspeitas sobre a forma como decorreu o processo, de falta de idoneidade nas decisões que foram tomadas, de falta de transparência, de, até, eventualmente, algumas irregularidades levantadas neste processo.

O que posso concluir, independentemente das conclusões que aqui estão retiradas pela Sr.<sup>a</sup> Relatora, é que este procedimento no que respeita à subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi feito de forma transparente, pública e com pessoas extremamente idóneas a intervir neste processo. Isso está claro.

Poderemos — e sobre isso não tenho a mínima reserva — avaliar se a decisão que foi tomada é suscetível ou não de crítica. Foi uma opção política, claramente, e essa opção poderia, eventualmente, ser outra, mas, neste momento, e face à decisão que foi tomada por parte do Governo e da maioria que o apoia, parece-me que foi a opção política mais eficiente, mas essa é uma questão que pode ser discutida.

Relativamente a essas suspeitas, parece-me que foram completamente afastadas.

Diria que muito do que está neste relatório reflete o que foi dito, sendo que há aqui duas ou três questões que devem ser salientadas.

Concordo com o Sr. Deputado António Gameiro quando diz que deve ficar referido no relatório muito do que foi dito quer pela Comissão de Trabalhadores quer pelos sindicatos. Acho que sim. E deveremos ter a certeza daquela que era a perspetiva diferente destas duas entidades. No entanto, entendo que, mesmo essas duas entidades, acabaram por verificar que a solução que foi apresentada não foi — e esta é a minha opinião — desajustada de todo até pela forma como foi feito o acordo social da empresa, no final.

Por agora, é apenas isto e termino como comecei, felicitando a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra pelo excelente trabalho que realizou.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Abel Baptista, muito obrigado pelas suas palavras.

Relativamente à questão dos trabalhadores já respondi ao Sr. Deputado António Gameiro. Eu não tenho aqui a expressão a que o Sr. Deputado António Gameiro se refere como sendo o «rolo opressor» sobre os trabalhadores, mas acho que tenho mesmo muitas referências ao que foi dito quer pela Comissão de Trabalhadores quer pelos sindicatos. Porém, se a conclusão que daí extraio não é a mais indicada, estou na inteira disponibilidade para ver quais serão as propostas que os Srs. Deputados irão apresentar. No entanto, se me dissessem, em concreto, qual é a conclusão a que se referem, para mim seria mais fácil responder. Se calhar, na próxima reunião, especificando cada uma delas, será mais fácil avaliar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora pelo relatório que nos apresenta, extenso.

Obviamente que as escolhas da Relatora podem ser discricionárias, e creio que no caso presente são-no — aliás, assiste-lhe esse direito de discricionariiedade face às escolhas que faz no relatório — e, portanto, deu-lhe determinada direção, por isso escolheu os pontos das audições que

entendeu que, depois, se conformariam com as conclusões tiradas. Daí difícil será apresentar propostas de alteração, exatamente por aquilo que outros Srs. Deputados já disseram, uma vez que as transcrições que seleccionou são factuais e são feitas à luz desse poder discricionário que lhe assiste.

Relativamente às conclusões, não concordamos com muitas, entendemos que elas se enfocam muito no período 2005/2011, quando o objeto da Comissão era mais vasto, concreto e específico. O objeto da Comissão era o apuramento de responsabilidades não só neste período em concreto, mas... Aliás, não havia um período temporal para aferir responsabilidades, era tão-só aferir responsabilidades. Portanto, as responsabilidades poderiam ser mais «enfocadas», se me permitem a expressão, no período 2005/2011, ou mais para trás, ou mais para a frente. Creio que aqui há, com certeza, visões diferentes e a nossa é a de que, de facto, a partir de 2011 até à presente data este relatório reflete muito pouca coisa deste período.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, como estamos hoje perante a apresentação do relatório e não a discussão concreta — o que podemos aqui hoje fazer são análises globais da leitura que fazemos do relatório —, depois, teremos oportunidade de fazer uma leitura mais apurada, mais específica, à luz do contraditório das propostas que se apresentarem.

Queria, no entanto, perante esta Comissão, deixar aqui o registo de que os tempos que temos para apresentação das propostas foram os acordados entre todos e faremos um esforço para os respeitar, mas os dias que estão agendados para a discussão na especialidade, dias 8 e 9, coincidem, infelizmente, com o «rolo compressor»...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Esse sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Aiveca** (BE): — ... exercido pela maioria... — esse sim, diz o Sr. Deputado, e muito bem —, relativamente a outras propostas que estão noutras comissões para serem discutidas em sede de especialidade, o que significa uma pressão ou opressão, se assim se quiser, dos grupos parlamentares com menos Deputados.

Acresce que também no dia 8 teremos audições de ministros e, portanto, a participação do Bloco de Esquerda poderá ser mais afetada.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, por outro lado, gostaria de deixar a nota de que este calendário que fizemos foi tendo em conta que a última sessão parlamentar seria no dia 10, circunstância que não vai acontecer, fruto da compressão ou opressão para discutir uma proposta de lei que ainda não deu entrada nesta Assembleia, portanto, haverá um plenário no dia 25. Sei que, se quiséssemos tomar esta baliza agora, isso implicaria também um prolongamento desta Comissão. Não estou a fazer a proposta concreta, mas, se calhar, poderia haver essa ponderação. Estou a referir-me, concretamente, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, porque, objetivamente — e não há como fugir a esta circunstância —, 7, 8 e 9 vão ser dias dramáticos, porque vai haver muitas reuniões na especialidade, muitas audições, muita coincidência destas audições em termos de horário e, por enquanto, o dia tem só 24 horas, não tem 24 horas mais a noite, porque, se assim fosse, éramos capaz de dar conta do recado, como sói dizer-se.

Portanto, gostaria de deixar esta nota de que, se não for possível despachar tudo, ainda há um plenário no dia 25 e não há uma determinação de que todos os trabalhos têm de estar terminados no dia 10, circunstância à luz da qual decidimos o nosso calendário.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputa Ângela Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, gostava de lhe dizer, quase a título de confissão, que o que me custou mais fazer neste relatório foi decidir qual era a sistematização, qual era o índice e qual era a discricionariedade que eu ia dar a uma coisa que é, supostamente, o mais imparcial possível.

O que eu tive sempre por base e por fundo foi não só o objeto fixado através de resolução da Assembleia da República e que constava do próprio requerimento potestativo que os grupos parlamentares apresentaram, mas também uma deliberação desta Comissão no sentido de fixar temporalmente os períodos a avaliar. Foi por aí que eu me regulei, foi com base nisso que eu retirei expressamente daqueles períodos temporais, e não de outros, essas conclusões.

Percebo que aquilo que quer dizer é que eu, de 2011 em diante, deveria dizer de outra maneira, mas isso já é política, já é outra questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão, do PSD.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é certo que as palavras relativas à função de presidente de uma comissão são sempre ditas no final dos trabalhos. Porém, a Sr.<sup>a</sup> Presidente vai permitir-me que faça agora um elogio intermédio.

Agradeço-lhe muito a forma como dirigiu os trabalhos, a contento, tenho a certeza, de todos. É reconhecida essa sua capacidade, o que deu a possibilidade de ouvirmos toda a gente e de recolhermos toda a documentação necessária para o nosso trabalho, com a colaboração de



todos os Deputados de todas as forças políticas. Ninguém se opôs à audição de quem quer que fosse, nem à requisição de qualquer tipo de documento. Todas as pessoas que eram para ouvir foram ouvidas e todos os documentos que eram para ser recolhidos estão nesta Comissão. Nada faltou. Repito, ninguém se opôs a nenhuma audição, nem à recolha de qualquer documento.

Ora, isso é importante porque nos leva a outra questão: é que são tão importantes os factos provados como os factos não provados.

E há um facto não provado da maior importância e sobre o qual estamos todos de acordo: houve aqui uma razão nuclear para a existência e o funcionamento desta Comissão, que foi quando se começou a dizer que havia aqui — e permitam-me a expressão — «mescambilhices», que havia negócios escuros por detrás desta subconcessão, que havia interesses inconfessáveis no que diz respeito aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Nós hoje temos a certeza do seguinte, e diria mesmo pela positiva, não é só pela negativa: é que nada disto existiu. Enfim, foram atoardas que alguém resolveu atirar para a comunicação para reforçar a vontade e a justificação da existência desta Comissão.

Queria realçar este facto que me parece da maior importância e que, de todo, não há um único elemento indiciário no que diz respeito a esse aspeto.

Quanto ao demais, saliento o espírito construtivo do Partido Socialista, que é da maior importância porque não só corresponde àquilo que aconteceu nesta Comissão, como também é uma forma de readquirirmos as comissões de inquérito como comissões que valham a pena existir e trabalhar nelas.

Queria, pois, salientar esse espírito construtivo que o Sr. Deputado António Gameiro aqui teve relativamente a este relatório apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputa Ângela Guerra, que também cumprimento, agradecendo o relatório que fez. O trabalho de síntese é sempre o trabalho mais difícil de fazer, depois de tantas audições e de tantos documentos recolhidos.

O Sr. Deputado António Gameiro referiu-se à Comissão de Trabalhadores da empresa como «rolo compressor», mas permita-me discordar. Eu tenho uma tese relativamente às nossas empresas e aos trabalhadores em Portugal que está muito longe dessa visão das coisas. Isto, porque acho que temos os melhores trabalhadores do mundo e isso é provado pelos trabalhadores portugueses que andam aí na diáspora e que todos os dias nos provam que são dos melhores do mundo.

Em Portugal, também os temos e, quando temos bons conselhos de administração, normalmente temos grandes trabalhadores e grandes empresas. O caso de Viana do Castelo é o exemplo de péssimos conselhos de administração e, obviamente, comissões de trabalhadores que não se adequam bem às necessidades da sua empresa.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, permito-me acrescentar o seguinte: houve duas entidades muito interessadas na salvação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Não foi possível salvar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo *tout court*, mas foi possível assegurar o trabalho para muitos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Sei que estávamos todos interessados nisso, mas há duas partes que trabalharam nesse sentido: uma, foram os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Temos de fazer essa justiça, mesmo discordando, em alguns momentos, dos métodos usados para esse efeito. O que os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo queriam era manter o seu trabalho e manter os Estaleiros em Viana do Castelo. Ora, isso foi conseguido por outro *player*

que também estava direta e ativamente interessado nisso: este Governo, que conseguiu assegurar a maioria dos postos de trabalho aos trabalhadores dos Estaleiros e que Viana do Castelo continuasse a ser um centro de construção naval em Portugal. Estes factos são da maior importância.

Estamos a analisar o relatório da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra e, eventualmente, apresentaremos propostas de alteração a esse relatório. Direi, mesmo, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra foi muito generosa, porque, por exemplo, no que diz respeito ao navio *Atlântida* não se referiu ao facto de a Atlânticoline ter exigido que o navio *Atlântida* tivesse uma lareira, que é uma coisa demonstrativa do que se queria ou não relativamente ao navio. No fundo, reitero a conclusão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, Ângela Guerra, tem no seu relatório de que o navio *Atlântida* foi, efetivamente, a sentença de morte no que diz respeito aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Queria, ainda, dizer que o PSD está aberto a discutir todas as propostas de alteração, compreendendo a maioria das propostas apresentadas pelo Sr. Deputado António Gameiro, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**. — Sr. Deputado Fernando Negrão, agradeço as palavras que me dirigiu, embora imerecidas, porque acho que este foi um trabalho coletivo que contou com aquilo que, penso, deve ser uma comissão de inquérito, isto é, acesso a tudo, nada de tabus em relação às matérias que se vão avaliar e a máxima abertura quer em relação a quem se ouve, quer à documentação que é entregue e uma tentativa de condução dos trabalhos dentro da gestão do tempo, uma vez que o tempo físico existe e impõe-se a todos nós.

Queria, também, sublinhar um aspeto que o Sr. Deputado Fernando Negrão referiu, que é a importância de percebermos cada vez mais, em

Portugal, que não há boas organizações sem boa gestão. Não podemos ter boa produtividade sem boa gestão e por isso, muitas vezes, refiro que fundos comunitários são aplicados na formação de trabalhadores e deveriam ser aplicados também na formação de empresários. Penso que a nossa principal falha está aí. Embora a qualificação das pessoas seja essencial e fundamental, precisávamos de investir muito nessa capacidade de que todos se entreguem numa empresa ao cumprimento da sua missão e dos seus objetivos.

Lembro-me da descrição de uma situação que ouvi uma vez de uma visita de Kennedy ao Cabo Canaveral. Durante essa visita, encontrou um trabalhador que estava a limpar as casas de banho e perguntou-lhe: «O que é que o senhor está a fazer aqui?» e ele respondeu: «Eu estou a pôr um homem na lua».

É esta noção de que do mais simples ao mais sofisticado dos trabalhadores, daquele que tem a função mais indiferenciada àquele que tem a função mais diferenciada todos têm de estar a trabalhar para um objetivo comum. Acho que esse é o verdadeiro segredo da produtividade, da harmonia no trabalho e daquilo que deve ser construído por forma a que sejamos capazes de ultrapassar muitas das insuficiências que, por vezes, acontecem.

Dito isto, agradecendo novamente e antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Gameiro, queria fazer uma correção que não tem que ver com o relatório da Sr.<sup>a</sup> Deputa Ângela Guerra. Na parte introdutória do relatório, quando se refere que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi requerida potestativamente pelos Grupos Parlamentares do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda e de Os Verdes, penso que ela foi requerida pelos Grupos Parlamentares do PCP, do Bloco de Esquerda, de Os Verdes e por alguns Deputados do Partido Socialista.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Por 22 Deputados!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Era esta correção que eu queria fazer, porque penso que é fatural e é uma questão meramente de ajustamento aos factos.

O Sr. Deputado António Gameiro pediu a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, não gastarei mais do que 30 segundos.

O Sr. Deputado Fernando Negrão referiu-se à minha intervenção e eu gostava de deixar claro o seguinte: com certeza que os trabalhadores daquela instituição são os menos culpados, eu não quis pôr a culpa nos trabalhadores. Agora, resulta da audição dos dois sindicatos a ideia central, que está transcrita em frases, de que a Comissão de Trabalhadores muitas vezes exercia uma certa pressão para que as coisas não corressem num determinado sentido e fossem noutra. Isso é factuel. Isso não tem nada a ver com a vontade dos trabalhadores, tem a ver com a vontade dos dirigentes da Comissão de Trabalhadores. Foi essa a referência que fiz. Que isto fique claro.

Em tudo o mais, concordo com a intervenção do Sr. Deputado Fernando Negrão relativamente a esta matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, pedi a palavra pelo seguinte: só na terça-feira é que vamos discutir pormenorizadamente as conclusões constantes do relatório da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra, mas eu

sinto-me obrigado a dizer algo sobre as conclusões agora extraídas pelo Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. Deputado Fernando Negrão fez aqui uma espécie de fecho dos trabalhos da Comissão de Inquérito procurando dar a ideia de que, no que se refere aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, tudo está bem quando acaba bem. O que acontece é que tudo acabou mal. Ou seja, a empresa acabou. E, se é verdade que há um concessionário dos terrenos que poderá vir a empregar alguns trabalhadores que estavam nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o que é facto é que não há a mínima garantia de que naquele local continue a haver construção naval. Aliás, depois de os Estaleiros Navais de Viana do Castelo terem construído dois navios de patrulha oceânicos para a Marinha de guerra portuguesa, agora fala-se em comprar alguns em segunda mão à Dinamarca para substituir aqueles que a Marinha de guerra vai ter de substituir, porque é inadiável fazê-lo. Agora, construir navios como estes que os Estaleiros Navais aprenderam a construir, e construíram bem, acabou.

Portanto, a ideia de que este Governo fez aquilo que era imperioso fazer neste processo é algo que contestamos vivamente e que procuraremos demonstrar quando, na próxima terça-feira, discutirmos as conclusões desta Comissão de Inquérito.

Pedi a palavra só para que não fique como algo aceite pelo silêncio as conclusões que o Sr. Deputado Fernando Negrão pretendeu tirar, que são, obviamente, unilaterais.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não pretendi tirar, tirei mesmo!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exprimem a posição do PSD, mas queria deixar muito claro que não exprimem a nossa.

O Sr. **Jorge Fã** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dá-me licença que use da palavra?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Fã** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, esta minha intervenção surge na sequência da intervenção do Sr. Deputado Fernando Negrão, porque também penso — e subscrevo as palavras do Deputado António Filipe — que pretendeu antecipar uma conclusão de avaliação política da história deste processo. De outra forma, eu não interviria, uma vez que esta primeira fase de apresentação estava centrada, essencialmente, na questão da avaliação do relatório. O meu colega António Gameiro fê-lo de uma forma que traduziu o pensamento do grupo parlamentar ou, melhor, dos Deputados do Partido Socialista nesta Comissão e, portanto, as propostas de alteração que apresentaremos, se forem aceites, retificarão o nosso pensamento sobre o relatório e as suas conclusões.

No entanto, outra coisa é a intervenção do Sr. Deputado Fernando Negrão, que tem outro nível de preocupação: o de marcar politicamente a opinião sobre este processo e neste caso já não estaremos nesta sintonia mais formal à qual o relatório está a colocar-nos. É preciso que se vinque esta questão. Esta empresa foi defendida por gerações várias e por muitos intervenientes políticos, sociais, quer de nível local, quer de nível nacional e regional, porque esta empresa era, efetivamente, *sui generis* no bom sentido do termo. Era uma empresa marcante não só pela sua história de duração, de longa vida, mas, sobretudo, porque toda a gente sabia, e sabe, que era uma empresa que marcava a identidade da região de Viana do Castelo — estamos a falar do Alto Minho — e que marcava e

condicionava, de forma significativa, a economia da região, quer no plano financeiro, quer no plano social. Efetivamente, era uma marca de identidade da região, particularmente da cidade de Viana do Castelo. Como tal, essa história de defesa constante que envolveu muita gente. Naturalmente que não envolveu só os trabalhadores e os governos, envolveu também as autarquias — não foi só esta última — e variadíssimas pessoas que se pronunciaram, e muito bem, sobre o assunto e tentaram sempre defender a continuidade, a manutenção daquela empresa por estas razões, fundamentalmente.

Obviamente que os tempos evoluem, a realidade dos factos é indesmentível e a situação económica do País condiciona e por isso temos de ser racionais ou racionalistas na avaliação da evolução dos tempos e na situação, sobretudo, de sustentabilidade económica e financeira. Acho que, na análise destas coisas, o realismo tem de estar em cima da mesa, e está da parte do Partido Socialista.

Contudo, isto não nos leva a concluir, de forma alguma, que o resultado a que chegámos — depois da intervenção que o Governo ao qual V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Fernando Negrão, pertence...

**O Sr. Fernando Negrão (PSD):** — Apoio!

**O Sr. Jorge Fão (PS):** — ... teve neste processo que se arrastou cerca de dois anos e meio — tenha sido um final feliz. Sinceramente, no nosso entendimento, não podemos considerar que este tenha sido um final feliz.

Como já foi referenciado e, efetivamente, corresponde à realidade, a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi, pura e simplesmente, extinta, desativada, desorganizada e progressivamente estrangulada. É a



realidade dos factos. Portanto, só por si, mais não houvera, este é, seguramente, um final infeliz deste processo.

A empresa teve ao longo de toda a sua história, como aqui foi dito e não como, porventura, aqui e acolá, ao longo das conclusões do projeto de relatório se pretendeu fazer crer, ou seja, de que a sua difícil situação financeira decorreu a partir do ano de 2005 ou do ano de 2004... Não, a história está marcada, nomeadamente, até 1974, ano em que a empresa foi nacionalizada. A empresa foi nacionalizada porque, apesar de antes ter sido privada, estava, à data, numa completa situação de rutura financeira. Esta é uma velha história. Aliás, a construção naval também é uma velha atividade que, em termos de rentabilidade e de capacidade de competitividade financeira e económica, sempre teve dificuldades no nosso País, por razões de variadíssima ordem.

Portanto, as dificuldades de gestão e de sustentabilidade financeira daquela empresa estão associadas desde praticamente o início da sua história, ou seja, desde o ano de 1944, quando foi fundada.

Em 2011 — e não vou demorar muito mais tempo —, quando este Governo chegou, a realidade da empresa já era difícil, como é evidente, não temos qualquer tipo de dificuldade em reconhecê-lo. Porém, tenho de dizê-lo, em termos de efetiva intervenção deste Governo, nunca senti que a aposta política, o pensamento político e estratégico deste Governo, nunca percebemos isso, fosse não a de encontrar uma solução para ela, porque encontrou, obviamente, mas a de salvar a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo e viabilizá-la. O que o Governo fez foi começar a pensar, logo em junho de 2011, como é que deveria, ou queria, libertar-se daquela organização.

**O Sr. Fernando Negrão (PSD):** — Como é que se resolvia!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr. Deputado Fernando Negrão, peço-lhe o favor de não me interromper, porque também não o interrompi. O senhor, depois, retorquirá como entender.

Portanto, foi evidente que o objetivo foi claramente o de parar aquilo que, porventura, poderia ser um frágil plano de reestruturação, mas que existia. No relatório é dito, e muito bem, que esse plano tinha fragilidades, mas, como também sabe, havia, na altura, um despacho para o mesmo ser revisto, porque as fragilidades eram evidentes ao nível da sustentabilidade financeira que nele estavam previstas. Previa-se o despedimento de 400 trabalhadores ao longo dos tempos.

Porém, ao longo de dois anos e meio, de 2011 até princípios de 2014, ou seja, desde a entrada deste Governo até 2014, o objetivo efetivo de salvaguardar a empresa, de relançar a sua atividade, de retomar o seu funcionamento, foi zero!

Demoraram um ano e tal para tomar a decisão de a reprivatizar, mais não sei quantos anos para encerrar o processo de reprivatização e, passada essa fase, encontraram uma outra solução alternativa, condicionada pelas limitações do procedimento da Comissão Europeia mas sempre com o objetivo fundamental e político — aliás, esta era uma marca evidente — de «passar» a empresa, fazer com que ela deixasse de existir e qualquer outra coisa aparecesse no seu lugar. Este foi o caminho que este Governo percorreu ao longo destes dois anos e meio. Chegou-se a subconcessionar terrenos e instalações por 400 000 € por ano. Considera-se isto um grande negócio? Sinceramente, ao nível da defesa do interesse público, tenho dúvidas seriíssimas sobre isso. Várias vezes aqui perguntei quanto iria custar o encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, custos diretos financeiros. E já não falo nos custos sociais, porque não se sabe

quais serão. Sr. Deputado Fernando Negrão, dizer-se que, com esta solução, se salvaguardaram os postos de trabalho, francamente!

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Parte!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Bem, é uma parte que não chega a 10%, neste momento. Mas, agora, estamos a falar das conclusões do relatório. Vamos ver. O percurso nos dirá.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Veremos!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Não podemos é afirmar que isto serviu para salvaguardar os postos de trabalho, porque, tanto quanto sei, até à data, ficaram 10 ou 12 trabalhadores e, entretanto, foram contratados cerca de 50. Haverá 70, na totalidade. É a informação de que disponho.

Portanto, sobre salvaguarda de postos de trabalho, Srs. Deputados e, em concreto, Sr. Deputado Fernando Negrão, não podemos acrescentar rigorosamente nada.

Há pouco, não concluí o meu raciocínio. Pergunta-se: «Quanto custará financeiramente ao erário público, ao Estado português, o encerramento e o desmantelamento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?» Dito, aqui, pelo Presidente da EMPORDEF custará, provavelmente, entre 250 e 300 milhões de euros. Não se sabe muito bem onde é que isto parará. É preciso ter isto em atenção. São custos efetivos. Foram dois anos e meio em que ninguém avaliou quanto custou.

Estiveram 600 trabalhadores parados, nenhuma nova encomenda foi garantida, não se iniciou a construção de rigorosamente nada, nomeadamente dos navios asfalteiros.

Sinceramente, ao que chegámos foi a um final triste, ao encerramento de uma empresa com história neste País e a uma solução que não tem garantias rigorosamente nenhuma.

Não tenho nada contra a iniciativa privada e muito sinceramente lhe digo — aliás, como disse uma vez ao Sr. Ministro da Defesa — que ficaria feliz e aplaudi-lo-ia se, no final, ele tivesse encontrado uma solução correta, no nosso entendimento, para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Aliás, aquilo que agora desejamos para a West Sea é que seja uma empresa que se consiga afirmar no mercado, que crie postos de trabalho, que dinamize a economia da região. Não temos rigorosamente nada contra essa situação. Mas também não temos, neste momento, garantia nenhuma de que isso venha a acontecer e, portanto, são meras apostas e palpites que, para já, não nos confortam, nem confortam o Partido Socialista.

Esta, sim, foi uma última «machadada» na história da construção naval em Portugal. Era o único estaleiro naval existente em Portugal, portanto era uma peça fundamental da economia do mar. Tendo em conta a aposta de Portugal como País de frente atlântica, o Governo deveria ter salvaguardado esta situação com uma intervenção de controlo público, se não fosse no total, pelo menos parcial. Efetivamente, nada disto está garantido. Neste momento, Portugal o que tem é uma empresa chamada West Sea na área da construção naval que pode, porventura, vir a fazer isso ou qualquer outra coisa na área da metalomecânica.

Viana do Castelo ficou pior, a região não está satisfeita e o Partido Socialista não se sente feliz com este final.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, usando uma expressão do Sr. Deputado Jorge Fão, digo que os palpites do Sr. Deputado são de quem não quer ver Viana do Castelo moderna e modernizada,...

*Risos do Deputado do PS Jorge Fão.*

... são de quem quer continuar a ver Viana do Castelo tal como está, ou seja, tudo está continuamente a ser fechado, desde empresas ao comércio em Viana do Castelo. Infelizmente, está a acontecer isto. É preciso dar um sinal de modernidade a Viana do Castelo, sinal esse que o Sr. Deputado Jorge Fão, com o seu discurso, não quer dar, de todo.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Não sei há quanto tempo não vai a Viana do Castelo!?

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Também lhe quero dizer que discurso mais construtivo do que o seu é o do Sr. Branco Viana, que é da União dos Sindicatos de Viana do Castelo, relativamente à solução encontrada e à situação dos trabalhadores. Leia as declarações do Sr. Branco Viana e verá que ele tem uma visão muito mais positiva e moderna do que o senhor em relação à economia em Viana do Castelo.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dá-me licença que use da palavra?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — O Sr. Deputado pretende fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Não, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Se me permite, queria fazer um convite ao Sr. Deputado Fernando Negrão para, muito rapidamente, ir a Viana do Castelo para perceber o que se passa relativamente à vida da cidade.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, através de V. Ex.<sup>a</sup>, queria dizer que conheço muito bem Viana do Castelo, gosto muito da cidade e visito-a não com regularidade, mas com mais frequência do que o Sr. Deputado Jorge Fão acha.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, acabam de me dar uma ideia que poderia ser uma sugestão para próximas comissões de inquérito. A ideia é a de haver uma visita ao local e um contacto com a realidade local, porque acabamos por nos relacionar muito uns com os outros, com quem vem cá prestar declarações, com os documentos que nos entregam e muito pouco, como em situações como esta, com os locais físicos, verdadeiros, onde estas coisas se passam.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dá-me licença que use da palavra?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é só para dizer que peço desculpa por não ter dito especificamente que não foram todos os Deputados do Grupo Parlamentar do PS que subscreveram este requerimento potestativo. Efetivamente, foram só 22 e eu vou já corrigir.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — É uma questão factual. As questões factuais são factuais e, portanto, são aquilo que são.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agora, vamos ter de decidir em relação às reuniões seguintes.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca sugeriu que a reunião pudesse ser até ao próximo dia 25; no entanto, essa data ficaria fora do prazo de prorrogação que pedimos e parece-me que é impossível prorrogar mais os trabalhos. Registo a simpatia de todos os grupos parlamentares que têm de estar presentes, simultaneamente, em variadíssimos espaços, sobretudo neste fim de sessão legislativa em que há muitas redações finais de diplomas e muitas propostas a apresentar.

Contudo — temos este condicionalismo —, pedimos o agendamento do relatório em Plenário para dia 10 e, como tal, penso que temos de fazer um esforço no sentido de garantir que as propostas de alteração sejam apresentadas nas datas marcadas. É evidente que não me cabe a mim dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada o que pode fazer, mas, se calhar, uma conclusão muito marcante em relação àquilo que são as suas preocupações políticas sobre o relatório e, porventura, até rever-se nas propostas que alguns grupos parlamentares vão apresentar talvez resolvesse o problema.

Em relação às reuniões seguintes, a próxima está prevista para dia 8 à tarde, às 15 horas, uma vez que de manhã há Plenário, e dia 9 pode ser de manhã ou à tarde, ou de manhã e à tarde. Queria que me dissessem se poderia ser, porventura, dia 9, à tarde.

*Pausa.*

Resumo do seguinte modo: até às 15 horas do dia 7 têm de ser apresentadas as propostas de alteração — espero que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs.

Deputados concordem — de forma a que os serviços da Comissão possam elaborar o guião até ao fim da tarde de dia 7 ou, o mais tardar, até ao princípio da manhã de dia 8.

A próxima reunião será dia 8, à tarde, com início às 15 horas, e, se for necessário, também no dia 9; se não for necessário, será o ideal.

A discussão do relatório em Plenário está prevista, como sabem, para o dia 10, na reunião que se inicia às 15 horas.

Queria, ainda, colocar à vossa consideração a seguinte questão: um cidadão pediu a disponibilização da proposta de relatório final, da responsabilidade da Deputada Relatora. Estive a pensar sobre isto e parece-me que cada grupo parlamentar entrega o que entende às pessoas ou às entidades com quem se relaciona, mas fornecer o relatório provisório da Comissão pode ser um engano, na medida em que, muitas vezes, as pessoas pretendem utilizá-lo e não reparam que é uma proposta, consideram que é já o relatório final.

Por uma questão de segurança jurídica — uma vez que a transparência não está em causa porque todas estas sessões foram transmitidas diretamente —, penso que seria preferível fazermos o que é costume, ou seja, fazer sair, da nossa parte, o relatório final. Cada grupo parlamentar fará o que entender com as propostas de alteração que pretende divulgar ou com a proposta de relatório que apresentar, mas da Comissão penso que deverá sair o relatório final.

Era esta a proposta que poria à vossa consideração.

*Pausa.*

Parece-me que estarão de acordo, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra pretende usar da palavra.



Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria apenas dizer que recebi no meu *e-mail* do Parlamento o mesmo pedido. Penso que será o mesmo cidadão ou, então, outro a pedir a mesma coisa e entendi que não o deveria dar enquanto este relatório não for aprovado por esta Comissão e sofrer as alterações que os Srs. Deputados entenderem. No final, até estarei disposta a dar o meu projeto inicial, mas só depois de ele ter passado pela Comissão.

Este é o meu modesto entendimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Penso que ninguém regista discordância em relação a esse entendimento e, portanto, assentamos nele, mesmo sem uma votação final — acho que não será necessária.

Relativamente à disponibilização das audições e das transcrições na *Internet*, elas já lá estão disponibilizadas aos grupos parlamentares, foram também públicas e é a lei que indica isso mesmo.

Se não houver mais nenhum assunto a tratar, antes de dar por encerrados os trabalhos, queria agradecer muito a colaboração de todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e de todos os Srs. Deputados e também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Guerra a disponibilidade que demonstrou para analisar detidamente as propostas de alteração e, depois, incluí-las ou não no relatório — teremos também depois as votações nesse sentido. Se, dentro da factualidade e daquilo que é o objeto da Comissão, conseguirmos encaixar o maior número possível de propostas, penso que daremos um bom exemplo de como deve funcionar uma comissão de inquérito e, nesse sentido, estaremos sempre bem na relação do público com a Assembleia da República e com os Deputados que a representam.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito obrigada e até dia 8. Não se esqueçam que até dia 7, às 15 horas, as propostas de alteração terão de dar entrada, para os Serviços poderem elaborar o guião. Quem conseguir enviá-las em formato *Word* poderá fazê-lo um pouco mais tarde.

Srs. Deputados está encerrada a reunião.

*Eram 16 horas e 27 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.